

8. ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Submete-se à Consideração do Executivo Municipal a aprovação do início de procedimento de alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, nos termos do nº. 1, do Decreto Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro, a que se seguirá posteriormente a fase de consulta pública dos interessados, com a apresentação do anteprojeto.



BRAGA
Município

DMG – DF-DCFAR

Informação: 71557

Data : 09/11/2021

Despacho	Despacho
Despacho	

Assunto : Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga

Considerando que:

1 – O processo de transferência de competências da administração central para os órgãos municipais, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e dos diplomas legais setoriais que o concretizam, determina a necessidade de criação de taxas municipais devidas pelo exercício de algumas das competências transferidas para o Município de Braga, a partir de 1 de janeiro de 2021.

Deste modo, o Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências prevista na referida Lei-Quadro, no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado determina, nos termos do seu artigo 3.º, n.º 3, al. c), a criação de taxas devidas pela:

- i) Concessão, licenciamento e autorização de infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares, bem como as infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
- ii) Concessão, licenciamento e autorização do fornecimento de bens e serviços e da prática de atividades desportivas e recreativas.



De igual forma, o Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências no domínio da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, determina a criação de taxas devidas pela autorização de exploração de tais modalidades (cf. artigos 3.º, n.º 2 e 4.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 14/2009, de 14 de janeiro, na redação do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/2018).

Finalmente, o Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da cultura, determina, nos termos do seu artigo 5.º, n.os 1 e 3, a criação de taxas devidas pelas meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística.

2 – Existe, também, a necessidade de rever alguns artigos do presente Código Regulamentar, nomeadamente em matéria relativa à Parte D – “Gestão do Espaço Público” e Parte H – “Taxas e outras receitas municipais”, bem como a necessária adaptação e alteração de alguns artigos da tabela de taxas, em anexo ao Código Regulamentar, de forma a reajustá-los aos procedimentos internos em vigor, nomeadamente nas áreas do Planeamento e Gestão Urbanística e Ocupação do Domínio Público e Aproveitamento de Bens de Utilização Pública.

Assim, deixa-se à consideração superior autorização para início de procedimento de alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, nos termos do n.º 1 do Decreto Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a que se seguirá posteriormente a fase de consulta pública dos interessados, com a apresentação do anteprojeto.

A Consideração Superior